



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ACRE

**CARLOS ALBERTO FRANCO; ADRIANA DA SILVA MARQUES;
PABLO MARQUES DA SILVA; DAVILSON MARQUES CUNHA;
RONDINELLI VITORINO DE PAULA;**

UFAC

RIO BRANCO - AC - BRASIL

franco@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ACRE

RESUMO

Devido o aumento do desemprego e as péssimas condições de trabalho varias iniciativas vem se desenvolvendo no Brasil no campo da economia solidária. As experiências de geração de trabalho e renda vem se desenvolvendo em todas as regiões do país, de forma solidaria e associativa. Essas iniciativas que se mostravam isoladas deram lugar a uma realidade que se expande, motivando a ação de entidades de classe e de política públicas, orientadas para uma economia alternativa que está em processo de formação. A idéia do trabalho é refletir sobre essa nova forma de organização que vem crescendo no Estado do Acre, sendo assim este trabalho tem como objetivo geral traçar o perfil dos empreendimentos solidários no Estado do Acre.

Palavras-chave: Economia Solidária, Autogestão e Geração de Trabalho e Renda.

ABSTRACT:



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Due to rising unemployment and bad working conditions several initiatives has been developed in Brazil in the field of economic solidarity. The experiences of generating employment and income has been developing in all regions of the country, in solidarity and associative. These initiatives which showed isolated led to a reality that expands, motivating the action of entities of class and public policy, geared towards alternative economy that is in the process of training. The idea of work is reflect on this new form of organization that has been growing in the state of Acre, and thus this work aims to draw the general profile of solidary ventures in the state of Acre.

Key-Words: economic solidarity, Selfmanagment, Income and work.

A crise do emprego nas décadas perdidas (1980 e 1990)

A década de 80 é marcada pela recente mudança econômica mundial, que passou do modelo keynesiano caracterizado pela forte intervenção estatal na economia, e que já não atendia aos anseios do desenvolvimento capitalista, para o modelo neoliberal que preconiza o Estado mínimo¹. Esta mudança foi essencialmente prejudicial nos países em desenvolvimento tendo em vista serem economias frágeis, baseadas principalmente em investimento público, que se tornou escasso devido ao alto grau de endividamento externo e interno destas economias naquele momento, ou seja, sem a dinâmica prevalecente nas economias desenvolvidas onde o investimento privado era e é mais vigoroso.

Segundo Manetti (2005),

“durante toda a década de 80 convivemos com a estagnação econômica e ao final fomos premiados com a inserção do Brasil no mundo da

¹ Consenso de Washington: Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões realizadas em Washington no início dos anos de 1990. Onde países desenvolvidos recomendaram aos demais países, especialmente aqueles em desenvolvimento, que adotassem políticas de abertura de seus mercados e o “Estado Mínimo” promovessem o enxugamento do estado através de privatizações principalmente das atividades produtivas exercidas pelo Estado.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



globalização. Privatizações, abertura do mercado para concorrência externa, reorganização do setor produtivo nacional, fechamento de um número significativo de empresas do setor industrial e o conseqüente desemprego em massa”. (p. 7)

Esta nova realidade foi sentida por todos brasileiros, desde aqueles que durante toda a sua vida garantiram sua sobrevivência por meio do trabalho formal até aqueles que nunca haviam ingressado no mesmo.

Nas décadas de 80 e 90 o Brasil passa por um período de semi-estagnação, apresentando características distintas quanto á suas variáveis econômicas, tais como, taxa de inflação, cambio e nível de emprego, alternando momentos recessivos com breves intervalos de crescimento moderado ou baixo. Entre as duas décadas existe um traço comum, a ausência de um ciclo prolongado de crescimento econômico. Pois nesse período o Brasil cresceu em média 2% ao ano, isto é, um crescimento muito aquém do necessário para o pleno emprego da sua mão-de-obra.

O período é sim caracterizado por intensas mudanças na economia brasileira, que combinado com o baixo dinamismo econômico tende evidentemente a afetar a criação de empregos.

Nos anos de 1981 a 1992, conhecidos como a “década perdida”, seu traço dominante se fizera pela exclusão social sendo um dos fatores estruturais das crises econômicas sofridas.

Diferentemente de outras crises que outrora assolaram a economia brasileira, desta vez a exclusão social não afetou somente as classes “menos favorecidas” como camponesas, trabalhadores sem terra ou trabalhadores não qualificados, mas também atingiu boa parte da classe média.

É a partir de 1981, que o Brasil sob pressão do FMI se viu obrigado a adotar uma política recessiva, voltada, principalmente, para a busca de superávits comerciais capazes de garantir o pagamento da sua dívida externa.

Assim a década de 80 marca o início das privatizações no Brasil, muito embora não fosse naquele momento uma prioridade na agenda pública, algumas empresas estatais foram privatizadas, ocorrendo assim à perda de alguns postos de trabalho, concomitantemente ao aumento do emprego no conjunto do setor público. Observando-se a evolução do processo de desestatização econômica, percebe-se uma divisão temporal que acontece entre os anos de 1990 a 1994, onde as privatizações realizadas concentram-se no setor produtivo estatal, basicamente na indústria de transformação. Para Pochmann (2001) o processo de privatização neste período ocasionou a perda de aproximadamente 246 mil postos de trabalho.

No ano de 1995 em diante, a privatização concentrou-se mais nos serviços públicos, onde várias empresas, como a de telecomunicação, energia, transportes, bancos entre outras que passaram pelo processo de privatização. Neste mesmo período a sociedade civil se organizou em várias capitais do Brasil para manifestações contra a privatização de algumas empresas estatais.

De Acordo com Pochmann (2001) ocorreu na década de 90 a perda de meio milhão de postos de trabalho em atividades antes ocupados pelo Estado, ou seja, cerca

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

de 20% dos 3,2 milhões de empregos com contrato de trabalho destruídos nos últimos dez anos foram fruto de medidas neoliberais adotadas pelo Estado nacional.

A abertura econômica promovida pelo governo brasileiro na década de 90 era tida como solução para a economia, uma forma de inserir o Brasil na economia globalizada, entretanto tal medida não trouxe ao Brasil o estágio de desenvolvimento econômico sustentado que se esperava, ao contrário, depois de tais medidas do chamado "pacote neoliberal" a década de 90 teve desempenho ainda pior que a década de 80, conhecida como década perdida, década que abriu no Brasil o ciclo de políticas neoliberais.

Um dado ainda mais grave, afirma Pochmann (2001) é que de cada cinco postos de trabalhos gerados, quatro eram referentes ao conjunto dos trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal.

Segundo Pochmann (2001), o acirramento da concorrência por postos de trabalho de 1980 até o ano 2000, é sem dúvida uma das principais razões para a subutilização da força de trabalho. Representava 32% em 1989, passando para 38% em 1995. Neste intervalo o desemprego cresceu cerca 16% ao ano.

Durante os anos 90, o comportamento do emprego foi precário, trata-se de um período de baixíssimo investimento produtivo, de estagnação das atividades econômicas, seguida pelo crescimento da população. Uma situação desfavorável ao emprego de mão-de-obra, ocorrido principalmente pela falta de uma política de geração de empregos e pela ausência de políticas apropriadas de bem estar social.

O que vem ocorrendo no Brasil juntamente com o fenômeno do desemprego e da precarização do mercado de trabalho, são os recentes programas de massificação do crédito público. São experiências importadas de países como Índia, Bangladesh e Sri Lanka. Onde as pessoas de baixa renda podem ter acesso á linhas de crédito a baixo custo, mais apropriadas a este público. Numa das tentativas de tornar o desempregado em autônomo (microempresário), infelizmente não tem tido muito êxito no Brasil, essa saída esbarra numa série de dificuldades, como a (falta de escala na produção e a acirrada competição), assim poucos são os que conseguem obter êxito numa nova empreitada, a grande maioria dos desempregados que tenta gerar renda com o trabalho autônomo fracassa, e volta a procurar emprego no setor formal, ficando dessa maneira nesse ciclo vicioso até conseguir ter sucesso ou mesmo aposentar-se pela seguridade social pública.

O ressurgimento da economia solidária no Brasil

É neste contexto que a economia solidária reaparece como uma proposta para a geração de trabalho e renda para os milhões de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, e que precisam se organizar para se inserir nos mercados produtivos agora como patrões de si mesmos.

Paul Singer afirma que (2000):

"Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a "flexibilização" de seus direitos e a redução de seus salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado. Como



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



resultado, ressurge com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países” (pg 110)

A economia solidária nasceu logo depois da revolução industrial, como resposta ao assombroso empobrecimento dos artesãos ingleses provocado pela propagação do uso de máquinas e da organização fabril da produção. Passado algum tempo fora de cena devido às bonanças da economia mundial, ela renasce num momento novamente de crise.

Esse renascimento da economia solidária no mundo e principalmente no Brasil, tal qual ocorreu quando do seu surgimento, é reflexo da crise que se iniciou nos anos de 1980, e se intensificou na década de 1990 e agora no fim desta década começa a dar sinais de que está sendo controlada, sendo o movimento de economia solidária um dos responsáveis para que isto ocorra mais solidamente.

De acordo com Singer (2000):

“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)”. (p.13)

Assim a economia solidária consegue abranger um campo muito diversificado da produção e dos serviços, como a agricultura familiar, as empresas em recuperação e administradas no sistema de autogestão na cidade e no campo, empresas já criadas sob os moldes da autogestão, cooperativas de serviço administradas pelos próprios cooperados, clube de trocas, em suma todas as atividades que possam gerar renda por meio da autogestão, ou seja, aglutina os mais diversos grupos sociais como os indígenas, quilombolas, grupos de assentamentos dos sem terra, grupos de desempregados das grandes periferias e ainda grupos profissionais que queiram, podem aderir a economia solidária como forma de produzir mercadorias e serviços.

Todos unidos para poder enfrentar o mercado capitalista e até criar alternativas para fugir dessa concorrência, como por exemplo, o clube de trocas onde eles são clientes deles mesmos. Usando trocas simples ou vendendo e comprando com moedas solidárias, restringindo assim o mercado concorrente.

Na economia solidária prevalece a cooperação, a solidariedade, a valorização do trabalho humano e o respeito ao meio ambiente. Representa práticas fundamentadas em relações de cooperação solidária, inspiradas por valores sociais e culturais onde o ser humano é sujeito final da atividade econômica, em detrimento da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Desta forma, nesses quase vinte anos de ressurgimento da economia solidária no Brasil ela cresceu, ganhou corpo, e o movimento se intensificou, se organizou e hoje é representado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que é responsável por propor – em nome do movimento de economia solidária – as diretrizes que devem nortear a economia solidária no país e ainda de reivindicar as suas demandas junto ao poder público e a sociedade civil organizada.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

A economia solidária no Brasil, conta com o apoio de diversas entidades e redes nacionais que de acordo com Costa (2006), algumas dessas organizações têm um papel muito importante, como a CÁRITAS (Rede da Igreja Católica de Atuação Social), a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária), a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), a FETRABALHO (Federação das Cooperativas de Trabalho), entre outras.

O referido autor também destaca que as Incubadoras Universitárias como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, também são importantes no apoio à economia solidária.

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), realiza ações com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária, e dentre essas ações, se inclui o mapeamento da economia solidária que é realizado em todo o país, tendo como objetivo identificar e caracterizar essa forma de organização do trabalho.

Segundo a SENAES (2006), o mapeamento ocorrido no segundo semestre do ano de 2005, contou com a participação de aproximadamente duzentas entidades, mais de setecentos entrevistadores das Universidades e militantes sociais que visitaram quase quinze mil empreendimentos econômicos solidários em todas as unidades da federação, abrangendo 2.274 municípios o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros. O mapeamento teve como objetivo a identificação das formas de gestão, das histórias e das dificuldades dos empreendimentos de economia solidária. Com esses dados foi criado o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), ou seja, um bando de dados com todos os empreendimentos identificados pelo mapeamento.

Considerando a distribuição territorial do Brasil, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 17% na região Sul, 14% na região Sudeste, 13% na região Norte e, 12% na região Centro-oeste conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Quantidade e percentual de EES por unidade Região

Região	Nº EES	% EES	Nº de municípios	% municípios/total de municípios
Nordeste	6.549	44%	861	48%
Sul	2.592	17%	512	43%
Sudeste	2.144	14%	389	23%
Norte	1.884	13%	254	56%
Centro-Oeste	1.785	12%	258	53%
Total	14.954	100,00	2.274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Na segunda fase do mapeamento realizado em 2007, o número de empreendimentos em relação ao ano de 2005, cresceu 46,17% e a região que mais se destacou foi à região Sudeste, onde o número de empreendimentos cresceu 82,46% em relação ao mapeamento feito no ano de 2005, as demais regiões o crescimento foi significativo, a região Nordeste cresceu 45,03%, a região Norte cresceu 40,98%, a região Sul cresceu 38,23 e, a região Centro-Oeste cresceu 23,81%.

Tabela 2: Quantidade e percentual de EES por unidade Região

Região	Nº EES	%
Nordeste	9498	43,45%
Sul	3583	16,39%
Sudeste	3912	17,89%
Norte	2656	12,15
Centro-Oeste	2210	10,12
Total	21859	100%

Fonte: Mapeamento SENAES 2007

Ainda sobre o mapeamento realizado no ano de 2007, feito em todo o país, o Estado que se destaca com o maior número de empreendimentos de ES e o Estado de Rio Grande do Sul com 2085, empreendimentos e no extremo temos o Estado de Roraima com apenas 157 empreendimentos conforme mostra a tabela 3.

Tabela 3: Quantidade de Empreendimento por Estado

Uf	Nº de EES
AC	543
AL	284
AM	461
AP	157
BA	1611
CE	1854
DF	386
ES	520
GO	737
MA	793
MG	1236
MS	340
MT	747
PA	574
PB	670
PE	1526
PI	1472

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

PR	808
RJ	1343
RN	817
RO	293
RR	126
RS	2085
SC	690
SE	471
SP	813
TO	502
TOTAL	21859

Fonte: Mapeamento SENAES 2007

Economia solidária no Estado do Acre

O ressurgimento da economia solidária no Acre não foi de uma forma isolada, ela foi inserida no movimento nacional de economia solidária que foi feito em todos os estados e tinha um procedimento definido para cada um. A economia solidária no Estado do Acre, tem tido um avanço importante nos últimos anos, principalmente depois da criação da SENAES, pois o tema passou a ser mais abordado e os governos têm prestado mais assistência aos empreendimentos em sua formação. Com o objetivo de traçar o perfil EES No Estado do Acre, faz-se necessário resgatar um pouco da história da Economia Solidária.

A Delegacia Regional do Trabalho – DRT teve um papel muito importante no fortalecimento da economia solidária no Estado, em virtude de várias ações implementadas pela SENAES e desenvolvidas por ela. Dornelles (2007)² participou desse surgimento e trabalhou para a evolução da economia solidária no Estado. De acordo com ela a economia solidária abre novas oportunidades no mundo do trabalho. Tradicionalmente o Ministério do trabalho tinha como responsabilidade a proteção dos trabalhadores assalariados, com o surgimento da economia solidária, o desafio era criar um conjunto de políticas que dessem a esses trabalhadores direitos condizentes com suas atividades. Então o Ministério do Trabalho tinha que elaborar mecanismos e maneiras de proteger essa nova forma de organização do mundo do trabalho. Para Dornelles (2007), a falta de recursos financeiros tornou o trabalho inicial da economia solidária no Acre difícil, contudo, através de um recurso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) foi possível começar os trabalhos de identificação dos empreendimentos de economia solidária, desta forma foi feita o primeiro mapeamento de

² Maria Raimunda Marques Dornelles. Auditora Fiscal do Trabalho-DRT/AC; Economista pela Universidade Federal do Acre; Especialista em Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda pela Universidade Estadual de Campinas; E participou dos cursos: Economia solidária, políticas públicas e desenvolvimento solidário pela ENAP e SENAES; e Economia solidária, políticas públicas e desenvolvimento solidário, pela DRT e ENAP.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



economia solidária no acre, conseguindo identificar 403 empreendimentos de ES. Depois da terceira fase do mapeamento que foi realizada no ano de 2007, o Estado do Acre encontra-se com 543 empreendimentos de ES.

Com a conclusão da primeira etapa do mapeamento, graças à ajuda de todos, pois não havia muitos recursos, os próprios empreendimentos buscaram participar das reuniões, tiveram o interesse de se tornarem os atores principais do processo. Aí entra a questão da auto-gestão, da necessidade do empoderamento, o governo teria apenas o papel de criar as políticas públicas para que isso fosse possível. Os próprios empreendimentos tinham o interesse de divulgar que a economia solidária existia no Acre.

Dornelles (2007) ressalta ainda que existem muitas pessoas que trabalham ou já trabalharam com a economia solidária e questionam que a inserção da economia solidária no Acre é muito anterior, afirmam que remonta ao movimento do Chico Mendes, em virtude do seu envolvimento com associações e cooperativas, a expulsão do homem do campo, enfim todo aquele processo. Mesmo que a economia solidária tenha se fortalecido no Brasil por volta dos anos 80 e ainda mais nos anos 90, em decorrência do desemprego, aqui no Acre muitos acreditam que o movimento é anterior a isso.

A economia solidária no Estado do Acre vem sendo um tema bastante debatido e prova disso, são os seminários, conferências e feiras que aconteceram, ao total foram 04 (quatro) feiras estaduais, sendo a última realizada no ano passado, na oportunidade a IV Feira Estadual de Economia Solidária foi realizada em conjunto com a I Feira PANAMAZÔNIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, que contou com a participação de todos os Estados da Região Norte e a participação de oito países da América do Sul. Embora não haja um número grande de empreendimentos concentrados no Acre, já é possível traçarmos um perfil da ES no Estado, como veremos a seguir.

Na ES é notável a presença dos pequenos grupos de produção, dos quais muitos funcionam na informalidade em virtude dos seus pequenos resultados econômicos, o que por sua vez dificulta a sua constituição legal. Assim os grupos que têm essas características surgem muitas vezes de iniciativas de caráter popular, trabalhadores desempregados que têm a iniciativa de montar o seu próprio negócio, assim também como comunidades que se juntam para organizar um grupo de produção, grupos de produção familiar, e muitos outros que surgem todos os dias para enfrentar as dificuldades produzidas pela desigualdade social do país. E no Acre não é diferente, o desemprego é uma realidade e a economia solidária se apresenta como uma opção para essas pessoas que estão à margem e que precisam se inserir no mercado de trabalho.

Antes de apresentar o perfil da economia solidária de Rio Branco, faz-se necessário mostrar alguns dados acerca das características geográficas e informações estatísticas do Estado do Acre. O Estado do Acre é formado por 22 municípios, está localizado a sudoeste da região Norte, com uma área de 164.221km², faz fronteiras com Bolívia (SE), Peru (S e O) e divisas com os estados do Amazonas (N), Rondônia (L). A maior parte do estado é formada por planalto, o clima é equatorial e os principais rios são: Tarauacá, Juruá, Muru, Envira, Xapuri, Purus, Iaco, Acre.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população estimada do estado em 2005 era de 669.736 habitantes, o PIB em 2004 do estado foi de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



3.241.847 mil reais e o PIB per capita de 5.143 reais. O extrativismo (borracha e castanha) e a pecuária são as principais atividades econômicas, na agricultura se destaca a produção de mandioca, arroz, banana e milho. E na pecuária a criação de bovinos, ovinos e suínos. Na indústria se destaca a alimentícia, madeireira, cerâmica e mobiliária.

Além dessas características apresentadas é importante mencionar o desemprego, um dentre tantos problemas que assolam o país. Como é sabido a desigualdade social é grande no Brasil, a grande concentração de riqueza em algumas regiões faz com que outras fiquem a margem, principalmente a região norte, que está mais afastada dos grandes centros, em virtude da sua localização geográfica, fazendo com que esta perca oportunidades de crescimento e consequentemente aumente o desemprego. Mas a falta de emprego não é apenas um problema da região Norte, mas de todo o país.

Diante desse problema alarmante, a Economia solidária vem se tornando uma opção de combate ao desemprego. Com o objetivo de traçar o perfil dos EES no Estado do Acre, foram analisados os questionários da terceira etapa do mapeamento da economia solidária realizados pela SENAES em 2007.

Os dados da terceira etapa do mapeamento no Estado do Acre já se encontram disponibilizados no site do ministério do trabalho e emprego <http://www.mte.gov.br>. Como o questionário trás muitas perguntas, optou-se analisar os quesitos mais importantes, os quais são: a forma de organização; a área de atuação do empreendimento; o número de participantes sócios; as principais atividades econômicas; os principais produtos ou serviços do empreendimento; a situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento e sobre os investimentos feitos nos empreendimentos.

Principais resultados do mapeamento no Estado do Acre

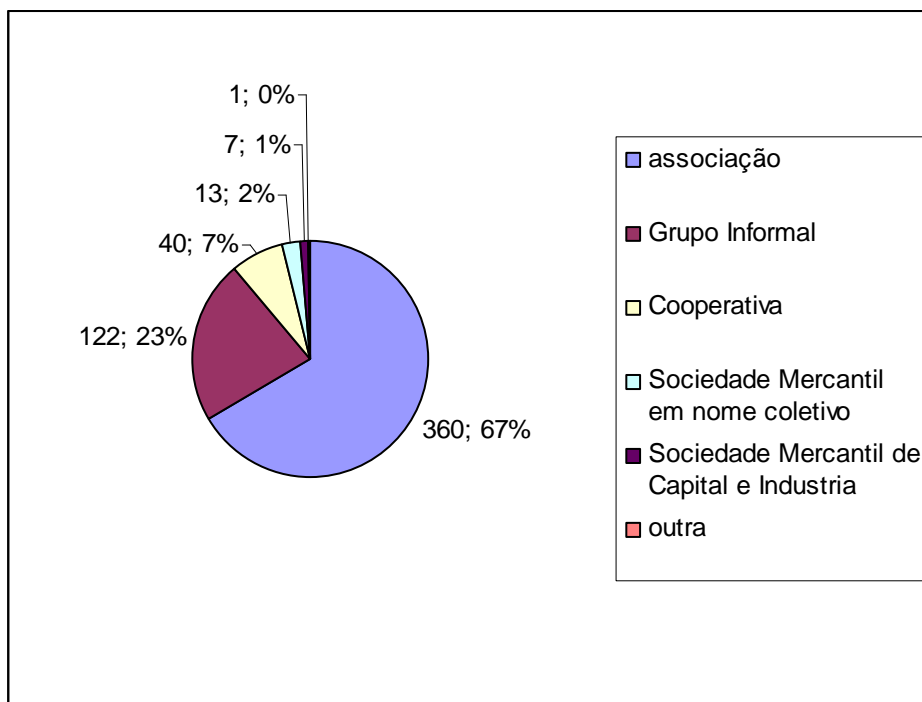
Na terceira etapa do mapeamento realizada em 2007, verificou-se que quanto à forma de organização, os empreendimentos econômicos solidários do Acre, as associações são maioria representando 67%, seguido de grupo informal 23% conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Forma de Organização dos EES no Acre



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Mapeamento SENAES 2007.

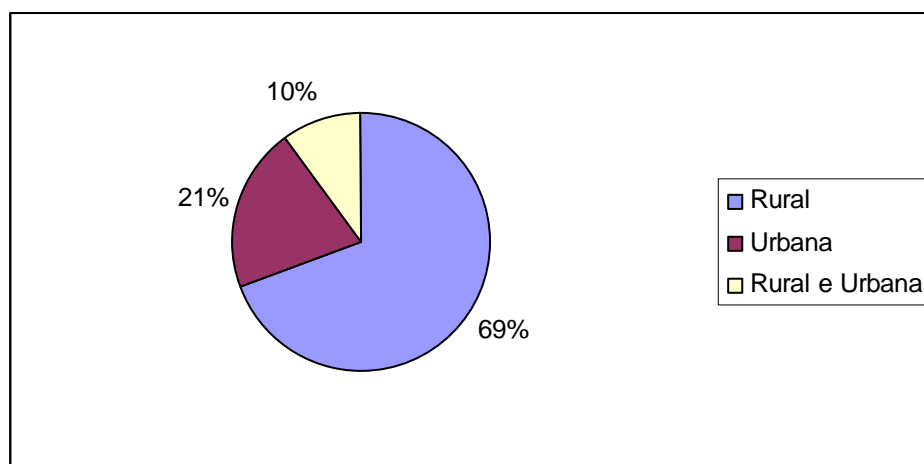
Verificou-se que 69,2% dos empreendimentos atuam na área rural, 21% na área urbana e 9,8% atuam tanto na área rural como na urbana. Conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Área de atuação dos EES no Acre



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Fonte: Mapeamento SENAES 2007.

Com relação ao número de participantes associados aos empreendimentos, constatou-se a participação de 27.596 associados (entre pessoas físicas e jurídicas), nos 543 empreendimentos pesquisados. Desse total 67% é composto por homens e 33% de mulheres.

Entre as 20 atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos de EES, as três primeiras são, cultivos de cereais para grãos, cultivo de outros produtos de lavoura temporária e a fabricação de farinha de mandioca e derivados. Já dentre os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos os três primeiros foram, farinha de mandioca, arroz e milho. É importante destacar que as atividades desenvolvidas e os produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos são muito variados e por essa razão foram mostradas as atividades mais citadas.

No mapeamento ainda foi questionado qual a origem da matéria-prima ou insumo utilizado nos empreendimentos. Dentre os vinte mais citados os três primeiros foram, embalagens, sementes e combustível.

A grande maioria (67,21%) dos EES afirma que a sede ou local de funcionamento do empreendimento é próprio, no extremo da tabela apenas 0,8% afirmaram que a sede era arrendada, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4: Situação da sede dos EES no Acre

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Situação	Quantidade	%
Própria	365	67,21%
Cedida ou emprestada	121	22,28%
Outra	18	3,31%
Não possui sede	14	2,57%
Alugada	13	2,39%
Ocupada	8	1,44%
Arrendada	4	0,8%
Total	543	100%

Fonte: Mapeamento SENAES 2007

Quanto aos investimentos, 35% investiram nos últimos doze meses enquanto 65% não tiveram condições. Os investimentos para aqueles que tiveram condições, variaram de R\$ 1.000,00 (mil reais) a mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A soma dos investimentos alcançaram a cifra de R\$ 4.787.109,81 (quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais e oitenta e um centavos), tendo uma média de R\$ 25.382,62 (vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos) por empreendimento.

O objetivo deste, foi de traçar o perfil dos EES no Estado do Acre e diante do estudo realizado podemos considerar alguns pontos a partir do universo pesquisado. Evidencia-se que as associações são a maioria das formas de organizações dos empreendimentos. A pesquisa mostrou que maioria dos EES atua na área rural (69,2%).

Percebe-se também que as atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos são muito variadas, sendo difícil falar de todas, mas as três principais atividades são: cultivos de cereais para grãos, cultivo de outros produtos de lavoura temporária e a fabricação de farinha de mandioca e derivados. Dentre os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos os três primeiros foram, farinha de mandioca, arroz e milho. A grande maioria (67,21%) dos EES afirma que a sede ou local de funcionamento do empreendimento é próprio, e os investimentos nos empreendimentos variaram de R\$ 1.000,00 (mil reais) a mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), A soma dos investimentos nos empreendimentos alcançaram a cifra de R\$ 4.787.109,81 (quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais e oitenta e um centavos), tendo uma média de R\$ 25.382,62 (vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos) por empreendimento.

Diante desses resultados podemos dizer que a economia solidária no Estado do Acre está em processo de formação. Os encontros, seminários, conferencias e feiras realizadas no estado foram e são importantes para a discussão do que é a autogestão e a solidariedade.

Através do resgate histórico da economia solidária percebemos que inicialmente os empreendimentos ainda não tinham total autonomia, uma vez que suas ações eram monitoradas pelo governo, mas depois passaram a trabalhar como um empreendimento econômico solidário e autogestionário.

A economia solidária é uma opção de contraponto ao capitalismo que exclui, pois compartilha os resultados com todos, sendo uma organização democrática, onde existe a ajuda mútua e que as pessoas possam trabalhar, crescer e não ficarem à margem da sociedade.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Assim sendo, conclui-se que a diante do quadro de desemprego e as más condições de trabalho instaladas no estado do Acre, a economia solidária se mostra como uma alternativa, uma vez que pelos números apresentados percebe-se que ela é promissora e aponta muitas possibilidades de crescimento. Para tanto é necessário que o governo através de suas políticas de inclusão social propicie que a economia solidária tenha um papel de destaque, uma vez que esta tem dados sinais positivos de crescimento.

REFERENCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo e Precário Mundo do Trabalho**, 2ª Ed. São Paulo, Editora Boitempo, 2005.

ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: Uma Nova Metodologia**, 2ª Ed. São Paulo, Editora Altamira, 2004.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**, 2ª Ed. Brasília, Editora Lid, 2001.

BOCAYUVA CUNHA, Pedro Cláudio & VARANDA, Ana Paula de M. (Orgs). **Acompanhamento e Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Proninc: Relatórios dos Seminários e Oficinas**, Fase: Rio de Janeiro, 2007.

DORNELE, Simone Bochi. Autogestao: uma alternativa para o desenvolvimento regional. <<http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf> >. Acesso em: 16 Fev. 2008.

DORNELLES, Maria Raimunda Marques. **[Economia solidária em Rio Branco]**. Rio Branco. Entrevista concedida à Adriana da Silva Marques. Em 16 Fev. 2008.

FINEP. **Financiadora de Estudos e Projetos**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>> Acesso em: 11 março. 2008.

FRANCO, Carlos (Coord). **Relatório de Prestação de Contas ITCP-UFAC**. Rio Branco, 2006 (texto não publicado).

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O Movimento de Economia Solidária no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 13 março. 2008.

GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Ossos do Ofício: Cooperativas Populares em Cena Aberta**, 2º Ed. Rio de Janeiro, ITCP-COPPE/UFRJ, 2002.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/a_itcp_somos.php>. Acesso em: 13 de março. 2008

ITCP USP. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br>>. Acesso em: 12 março 2008.

PINHO, Diva Benevides. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas: Compartilhando Igualdades e Responsabilidades**, 1ª Ed. Santo André, Editora ESETec, 2000.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob Fogo Cruzado**, 1º Ed. São Paulo, Editora Contexto, 1999



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



POCHMANN, Marcio. **A Década dos Mitos: O novo Modelo Econômico e a crise do Emprego no Brasil**, 1º Ed. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

REDE UNITRABALHO. **A Unitrabalho**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em: 01 março 2008.

Revista de Economia Solidária, ano 1, n.0, São Paulo, dezembro de 2005, Auto gestão e Economia Solidária, DIONE, Manetti, p17.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**, 4º Ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

SENAES. **Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

SINGER, Paul. & SOUZA, André Ricardo de, (Orgs). **A economia solidária no Brasil: A auto gestão como resposta ao desemprego**, 1ª Ed. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução á Economia Solidária**, 2ª Ed. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**, 2ª Ed. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, (Orgs). **Cinco Décadas de Questão Social e os Grandes Desafios do Crescimento Sustentado**, 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2005.

ZART, Luiz Laudemir & SANTOS, Josivaldo Constantino dos, (orgs). **Educação e Sócio Economia Solidária: Interação Universidade-Movimentos Sócios**, Editora Unemat. MT, 2006.